

Nova regra deverá favorecer quem já tem mandato

A mudança em leis eleitorais feita no começo do mês beneficiará grandes partidos e políticos com mandato, segundo especialistas. As novas regras dizem respeito a fundo público eleitoral, cláusula de desempenho e, a partir de 2020, fim de coligações proporcionais. **Poder A4**



» **FESTA TUCANA** Filiados ao PSDB participam de convenção municipal na Câmara de São Paulo, que teve a presença de lideranças do partido; rivais pela candidatura presidencial, Alckmin e Dória tentaram demonstrar unidade Pág. A11

Nova lei deverá tornar mais difícil renovação da Câmara

Pesquisadores avaliam que mudanças favorecerão detentores de mandato

Congresso criou fundo, cláusula de barreira e vedou coligações; taxa de renovação histórica de 40% não deve crescer

MARCO RODRIGO ALMEIDA
DE SÃO PAULO

A população não deve esperar que a reforma política traga mais renovação ao Congresso, avaliam cientistas políticos ouvidos pela **Folha**. Pesquisadores apostam que as novas regras aprovadas no começo do mês — fundo público eleitoral, cláusula de desempenho e, a partir de 2020, fim das coligações proporcionais — devem beneficiar os grandes partidos e os políticos com mandato.

A cada eleição, o Brasil troca quase metade de seus 513 deputados federais. O índice é considerado alto, ainda mais se comparado ao de democracias mais tradicionais.

Nos EUA, a renovação da Câmara no último pleito, em 2016, foi de apenas 3%.

Após o fim da ditadura, a maior renovação na Câmara (62%) foi registrada em 1990, provável reflexo do ambiente de abertura democrática.

A taxa caiu nos pleitos seguintes e se estabilizou na casa dos 40%, sem grandes sobressaltos mesmo em períodos de escândalos ou de maior indignação popular.

Depois das manifestações de junho de 2013, por exemplo, previa-se uma mudança sem precedentes na Câmara, o que acabou não se confirmando. O índice foi de 47%.

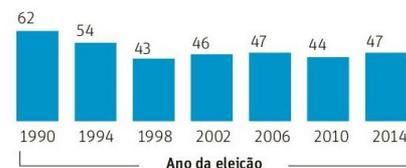
“O cidadão só pode escolher o que é oferecido a ele. Os partidos decidem qual candidato terá mais recursos, mais destaque na TV. Para o candidato comum, que não seja famoso nem faça parte da cúpula da sigla, é difícil ter destaque”, diz Fernando Guarnieri, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

A tendência é que essa dificuldade fique mais acentuada. Em substituição às doações empresariais, proibidas pelo STF desde 2015, o Con-

RENOVAÇÃO NA CÂMARA

Brasil muda, a cada eleição, quase 50% de seus deputados federais

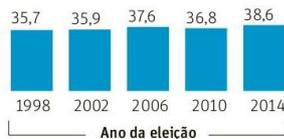
Índice de renovação* (Em %)



*Não inclui suplentes
Fonte: Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

CONSIDERANDO APENAS OS DEPUTADOS ELEITOS PELA PRIMEIRA VEZ A CADA PLEITO

Índice de renovação* (Em %)



PRINCIPAIS PONTOS QUE PODEM BARRAR A RENOVAÇÃO



Cláusula de desempenho

A partir de 2018, cada partido precisará ter ao menos 1,5% dos votos válidos nacionais a deputado federal, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, para ter acesso a recursos públicos e tempo de TV. O índice chegará a 3% em 2030



Coligações

As coligações no Legislativo (para vereadores e deputados) serão proibidas, mas apenas a partir da eleição municipal de 2020



Novo fundo eleitoral

É criado mais um fundo para financiar as campanhas. Em 2018, cerca de R\$ 2 bilhões de recursos públicos serão direcionados aos candidatos. O valor se somará aos cerca de R\$ 1 bilhão do atual Fundo Partidário

*Inclui suplentes
Fonte: Câmara dos Deputados

gresso aprovou um fundo público de cerca de R\$ 2 bilhões para a campanha de 2018.

Como haverá menos verba em jogo — os gastos declarados de todos os candidatos da última eleição chegaram a quase R\$ 6 bilhões (valores atualizados) —, a influência

dos caciques deverá ser ainda mais determinante.

Contribuir para isso o fato de que, com o fim das coligações e a cláusula de desempenho, partidos com poucos votos ficarão fora da Câmara e não terão acesso a recursos públicos.

“Com a reforma, o poder dos líderes dos grandes partidos cresceu exponencialmente. O fundo público será a maior fonte de financiamento. E grande parte dele será distribuído pela direção partidária, que vai procurar privilegiar as apostas mais certeiras, os que já ocupam cargos públicos”, diz Guarnieri.

Nas duas últimas eleições, 70% dos deputados federais que tentaram a reeleição tiveram vitória. A renovação é resultado da soma dos que não conseguiram um novo mandato e os que nem tentaram se reeleger (em média, 20%).

“A vantagem dos que se recandidatam, em relação aos demais, é gigantesca — e tende a ficar ainda mais. Fora toda a visibilidade que um cargo público confere a quem o ocupa, o nível de concentração de renda em alguns candidatos é assustador”, afirma George Avelino, professor do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV.

Ele destaca outro fator que pode dificultar a vitória de novos nomes. “Como a Justiça está mais atuante, creio que em 2018 mais deputados disputarão a reeleição para ter foro privilegiado, numa tentativa de evitar, ou pelo menos postergar, uma eventual prisão. É mais um ponto para estimular a perpetuação dos mesmos nomes.”

DE PAI PARA FILHO

Isso leva a um aparente paradoxo: se a renovação é alta, porque a sociedade tem a impressão de que a Câmara é sempre a mesma?

“Porque na prática ocorre algo bem próximo disso”, diz Andrea Freitas, professora de ciência política da **Unicamp** e coordenadora do Núcleo de Estudos das Instituições Políticas e Eleições do Cebrap.

“A troca de deputados se dá mais no que chamamos de baixo clero. Os líderes, os políticos que ocupam as principais funções no Legislativo, comandam os processos e parecem mais na mídia, são sempre os mesmos. E muitas vezes a mesma família vai se mantendo a cada eleição, passando a cadeira de pai para filho, por exemplo.”